



"PRA TÁ NO DC TEM QUE SER MEIO DOIDO. SE TU NÃO ÉS, VAI FICAR":

a saúde mental dos servidores do Departamento de
Criminalística do Instituto-Geral de Perícias do Rio Grande do Sul

1- Neusa Rolita Cavedon*

Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil.

Professora Associada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil.

nrcavedon@ea.ufrgs.br

<http://lattes.cnpq.br/9353336569226073>

Diego Maganhotto Coraiola – Editor Geral

Editor responsável pela submissão:

Diego Maganhotto Coraiola.

Artigo analisado via processo de revisão duplo cego (*Double-blind*).

Recebido em: 26/07/2012

Aprovado em: 08/10/2012

Última Alteração: 30/09/2012

* Contato Principal: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Departamento de Ciências Administrativas. Rua Washington Luiz n. 855, sala 431. Centro, Porto Alegre – RS, Brasil. CEP: 90010-460.

"PRA TÁ NO DC TEM QUE SER MEIO DOIDO. SE TU NÃO ÉS, VAI FICAR": A SAÚDE MENTAL DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE CRIMINALÍSTICA DO INSTITUTO-GERAL DE PERÍCIAS DO RIO GRANDE DO SUL

RESUMO

O objetivo deste artigo é mostrar como se dá o cotidiano daqueles que trabalham com locais de crime, de violência, buscando verificar como isso afeta a saúde mental do trabalhador. A pesquisa etnográfica foi realizada com os servidores que exercem suas atividades no Departamento de Criminalística do Instituto-Geral de Perícias do Rio Grande do Sul. O sofrimento se dá em face das vivências dramáticas que envolvem entrar em contato com corpos dilacerados, em estado de putrefação, com familiares desesperados, diferentes contextos sociais, reviver a cena do crime mediante a elaboração do laudo, presenciar a violência perpetrada contra crianças. A satisfação no trabalho se dá através do laudo bem montado, da ciência do resultado da perícia no âmbito do judiciário. O servidor do DC precisa enfrentar a morte violenta fazendo uso de mecanismos de defesa que privilegiem a vida, daí a ênfase no discurso que coloca a atividade como "apaixonante" por auxiliar na absolvição ou condenação das pessoas sob suspeita. Absolver ou condenar implica preservar a vida, absolver salvaria a vida de um inocente que poderia ficar na prisão injustamente, condenar significa garantir a vida dos integrantes da sociedade de onde o indivíduo emerge, posto que ele, em liberdade, poderia reincidir no crime.

Palavras-chave

Perícia, saúde mental, sofrimento, prazer, etnografia.

"YOU'VE GOT TO BE CRAZY TO BE IN THE DC. IF YOU'RE NOT, YOU'RE GONNA BE": THE MENTAL HEALTH OF EMPLOYEES IN THE DEPARTMENT OF CRIMINALISTICS OF THE GENERAL INSTITUTE OF FORENSICS OF RIO GRANDE DO SUL

ABSTRACT

This article's goal is to disclose the daily routine of people who work with crime and violence related places, in an attempt to reveal how the mental health of the servants is affected. The ethnographic research was conducted with employees at the Department of Criminalistics of the General Institute of Forensics of Rio Grande do Sul. The suffering occurs as a consequence of dramatic experiences such as the contact with torn and decomposing bodies, the despair of the families, different social contexts, to relive the crime scene through report writing, and to witness the violence against children. The job satisfaction derives from the well-written report, and from the knowledge of the forensics results in the judiciary's ambit. The DC's servant has to deal with violent death by using life-oriented defense mechanisms, which leads to emphasis on a discourse that qualifies this activity as "captivating" for helping the acquittal or conviction of suspected people. To absolve or convict someone implies life preservation; to absolve means to save the life of an innocent individual who could be undeservedly in prison; to convict means to protect the life of members of society from where the guilty individual came from, because in freedom he or she could return to crime.

Keywords

Forensics, mental health, suffering, pleasure, ethnography.

1 Introdução

Os dois temas que se constituem no eixo de sustentação teórica do presente artigo, saúde mental do trabalhador e violência, não são novos, porém, o campo empírico onde a pesquisa foi empreendida ainda evidencia a falta de um maior número de estudos no Brasil. O foco deste estudo concentra-se nos servidores do Departamento de Criminalística (DC) do Instituto-Geral de Perícias do Rio Grande do Sul (IGP-RS).

Falar em violência, ler sobre tal assunto, ver imagens no jornal ou na televisão, sofrer algum tipo de ação criminosa parece ter sido incorporado ao cotidiano como algo que precisa ser naturalizado sob pena de ficarmos paralisados em face do medo e assim deixarmos de trabalhar, estudar ou mesmo nos divertirmos em passeios com amigos pelos centros urbanos. Mas aspectos cruciais necessitam ser esclarecidos para que alinhemos nosso pensamento em uma noção do que vem a ser a "tão falada violência":

- Quais as suas possíveis causas?
- Pobreza e violência estão inevitavelmente interligadas?
- Se essas perguntas permeiam o imaginário daqueles que atuam nas mais diferentes profissões, o que acontece na mente dos servidores que precisam atuar com a violência em seu dia-a-dia de trabalho?
- Quais os reflexos na saúde mental desses profissionais?
- Quais os mecanismos acionados para o enfrentamento de situações dolorosas que não ficam restritas a imagens através da mídia eletrônica, mas que se configuram como reais nos locais de morte a serem investigados?

Para encontrar respostas a esses questionamentos, busquei conduzir o leitor inicialmente por caminhos que elucidem proposições teóricas, ora complementares, ora excludentes de diferentes acadêmicos sobre o que vem a ser a violência, bem como sobre os avanços obtidos na área da saúde do trabalhador. Esta tela servirá de base para a projeção dos dados empíricos coletados no Departamento de Criminalística do Instituto-Geral de Perícias do Rio Grande do Sul, através do método etnográfico ao longo dos anos de 2007, 2008 e o mês de janeiro de 2009, e suas respectivas análises.

2 Violência: A Procura de uma Compreensão

Burke (1995) defende a posição de que a violência precisa ser pensada sob um ponto de vista histórico. Este autor entende que a violência sempre existiu, mas é preciso considerar a diversidade como a mesma vem se apresentando no curso da história. Para tanto cumpre atentar para os perpetradores, as vítimas, o momento, os locais, os motivos, a tecnologia e as formas de gerenciamento da violência.

Em relação aos perpetradores, Burke (1995) distinguiu diferentes grupos, aqueles que podem ser definidos como profissionais e aqueles que podem ser classificados como amadores, um terceiro grupo estaria em uma posição intermediária, pois não se configuraria nem como profissional, nem como amador. Dentre os especialistas estariam os terroristas, capangas, matadores de aluguel. Por sua vez, como amadores seriam consideradas multidões que acabam em determinadas circunstâncias por gerar desordens. O grupo intermediário é caracterizado pelas gangues que não fazem da violência uma profissão, mas ela faz parte de suas vivências sociais. Burke (1995) ressalta que na história esses três tipos se fizeram presentes nas cidades modernas. No seu dizer:

Entre os profissionais estavam os capangas da nobreza e os homens conhecidos nas cidades italianas do final da Renascença como bravi. Do lado amador, a multidão (ou a "turba", como os ingleses passaram a chamá-la então) tornou-se uma preocupação crescente das classes proprietárias no século XVIII. A multidão foi conseqüentemente estudada por muitos historiadores, como George Rudé, no caso de Paris e Londres no final do século XVIII. Em alguns casos pelo menos, inclusive no famoso exemplo do ataque à Bastilha em 14 de julho de 1789, a análise cuidadosa de Rudé dos "rostos na multidão" revela que — ao contrário do estereótipo da turba — os atacantes não eram desempregados ou marginais, mas em geral membros respeitáveis das classes baixas parisienses: marceneiros, serralheiros, sapateiros e semelhantes do Faubourg Saint Antoine, artesãos independentes, em vez de assalariados.

[...] gangues com nomes e territórios característicos podem ser encontradas na década de 1840, senão antes; os "Bowery Boys" de Nova York, por exemplo. (Burke, 1995, p. 3).

Em se tratando das vítimas, no contexto contemporâneo brasileiro, a incidência maior recai sobre os homens jovens e negros. Burke mostra que, na história, os jovens (embora não se tenha dados quantitativos) eram também as vítimas posto que há registro de enforcamentos de 1242 aprendizes, entre os anos de 1703 e 1772. No que concerne ao momento, a violência perpetrada contra pessoas ocorre em diferentes tempos. Em Londres e na França, nos séculos XV e XVII, as festas que congregavam inúmeras pessoas eram momentos em que a violência tendia a aflorar de maneira mais intensa, já nas cidades contemporâneas não parece haver um aumento significativo da violência nesses momentos extraordinários. No Brasil, quando ocorrem festas como o carnaval ou eleições políticas, a taxa de violência segue a mesma constância daquela verificada ao longo do ano, isso pode ser explicado na medida em que o carnaval de rua passou a contar com a intervenção do poder público em várias cidades brasileiras, a exemplo do Rio de Janeiro, Porto Alegre, dentre outras.

Sobre os locais, para Burke (1995) tanto nas cidades modernas como nas cidades contemporâneas existiam e existem áreas consideradas "quentes", onde a violência tende a ser mais provável, áreas periféricas ou centrais dependendo das cidades podem concentrar grupos que incitam ações violentas. No Brasil, de modo mais intenso do que na época em que Burke escreveu seu ensaio, tem-se muitas áreas de periferia, mas também uma degradação das áreas centrais, fazendo com que vários governantes assumam o compromisso de revitalizar os perímetros centrais com medidas de resgate histórico e cultural visando atrair moradores da própria cidade e turistas para banir do centro aqueles que são considerados "marginais e baderneiros".

No que concerne aos motivos, Burke (1995, p. 6) entende que "a grande questão é certamente esta: a violência urbana é racional ou irracional? Ou como dizem (ou costumavam dizer) os sociólogos americanos, ela é "instrumental" ou "expressiva"? Nesse caso, não parece particularmente útil distinguir entre períodos; nenhuma época, nem mesmo o iluminismo, pode reivindicar ser mais racional do que outra". Pelas considerações do autor os motivos em todas as épocas podem ser políticos e acontecer em todas as classes sociais, no passado muito mais entre os aristocratas e hoje concentrada de modo mais intenso na máfia e em grupos terroristas.

A tecnologia era mais rudimentar nas cidades modernas e vem se transformando com o uso de armas cada vez mais sofisticadas e poder de fogo mais destruidor nas cidades contemporâneas.

Por seu turno, o gerenciamento da violência vai se dar através do Estado, os limites nas cidades modernas e contemporâneas vão ser estabelecidos pelo poder público, que se tornou o detentor do "monopólio da violência", fazendo com que ocorresse a "burocratização da violência" e o desarmamento da população civil. O que se verifica nos anos 2000, no Brasil, é um efetivo policial escalado para a manutenção da ordem pública, em número insuficiente, mal remunerado, mal preparado, incapaz de manter a violência contida (Pinheiro & Almeida, 2003).

Minayo (2003, p. 24) pactua com a ideia de Burke acerca da necessidade de se estudar a violência contextualizando-a na sociedade da qual emerge, posto que "ela [a violência] se nutre de fatos políticos, econômicos e culturais, traduzidos nas relações micro e macrosociais. Portanto, busca-se a inteligibilidade desse fenômeno, considerando-o de forma complexa, empírica e específica".

De acordo com Minayo (2003) não devemos falar em uma violência, mas sim de várias violências, distinguindo as que são toleráveis daquelas passíveis de condenação pela sociedade. A referida autora destaca que na consciência social contemporânea, a violência reconhecida como dominante é a criminal e delinquencial, violência essa que, independentemente da sociedade de onde tem origem, costuma ser condenada por ferir aspectos da moral básica.

No caso brasileiro, a violência criminal e delinquencial é igualmente a representação mais presente quando se fala nesse tema, isso se deve ao risco inerente, diante de ações ilegais e ilegítimas, a que as pessoas e o patrimônio se veem expostos, algo que implica medo e insegurança, principalmente em relação aos atores sociais que habitam as periferias e possuem baixo poder aquisitivo. Pensar a violência como advinda de forma restrita desses atores sociais, pobres e moradores da periferia, evidencia uma miopia, na medida em que deixa de enfocar a violência num contexto pós-moderno, onde:

segue a mesma lógica da globalização e se realiza em conluio com a legalidade. Não é preciso ir longe para constatar o que aqui se está dizendo, pois tem sido de domínio público o envolvimento com o crime de políticos,

juizes, advogados, policiais, empresários, todas essas pessoas ocupando cargos importantes e vivendo, em aparência, acima de qualquer suspeita (Minayo, 2003, p. 33).

Em prol do individualismo, do imediatismo, as ações políticas ganham uma prioridade inferior, o coletivo passa a não ter mais a dimensão de outrora, o poder econômico é o alvo a ser perseguido, seja através de meios lícitos ou ilícitos, assim, valores outrora predominantes, família e comunidade, se esfacelam diante da necessidade de consumo desenfreado, da falta de empregos, da exclusão social, da precariedade de um aparato cultural e educacional que beneficie a toda a população e pela ausência do governo nas questões sociais (Minayo, 2003). Ao reduzirmos a noção de violência, de modo a não levarmos em conta os aspectos anteriormente mencionados, corremos o risco de cair em uma falácia.

Minayo (2003) traz um pensamento relevante que merece ser esposado, posto que mais adiante será possível elucidá-lo através dos dados empíricos apresentados. No entender da referida autora, a violência envolve aquele sujeito que comete o ato violento, aquele que sofre a ação, quem presencia o ato e quem pesquisa (teoriza) sobre o fenômeno, uma vez que, ao fazer parte da vivência, os atores se veem implicados em uma alta carga emocional.

Misse (2009) julga importante que se veja a violência urbana não só sob o ângulo da denuncia tal qual expressa cotidianamente na mídia, nos discursos ideológicos, mas que se busque compreender o fenômeno à luz das Ciências Humanas, para que assim o fazendo se possa melhor definir as políticas públicas da área.

3 Saúde Mental

As pesquisas sobre saúde mental que enfocam o trabalho, daqueles que tem como uma constante em sua atividade laboral, a morte, concentram-se na área da saúde, envolvendo médicos, enfermeiros, hospitais, mas os servidores que atuam com a morte e de forma mais dramática, ou seja, com a morte violenta, parece não terem sido contemplados pela academia.

Dejours é referência obrigatória quando o que está em pauta são as psicopatologias e a psicodinâmica do trabalho. Uma das abordagens trabalhada teoricamente pelo referido autor dá conta da relação entre medo e trabalho. Em Dejours (1998) a questão do medo em face das atividades laborais foi elucidada, trazendo à tona os mecanismos de defesa acionados para fazer frente aos riscos. Ao acionar esses mecanismos de forma inconsciente, os trabalhadores garantem a continuidade da sua atuação, pois se assim não fosse não teriam como ser produtivos. As defesas podem ser individuais ou coletivas. As estratégias individuais abrem mão da presença física do objeto, uma vez que há a interiorização do mesmo, já as estratégias de defesa coletivas dependem de condições externas baseadas no consenso de um grupo laboral que lhe garante uma estabilidade para enfrentar o sofrimento, o apoio permite uma maior capacidade de luta. Mendes (1995) chama a atenção que prazer e sofrimento, presentes no universo do trabalho, são dialéticos e como tal não podem ser estudados isoladamente, são faces de uma mesma moeda.

Dejours (2005) elucida o que considera tarefa e o que classifica como atividade. A tarefa é o que está objetivado e deve ser realizado. Por seu turno, a atividade está atrelada ao que o trabalhador efetivamente faz para atingir o objetivo propugnado pela tarefa. Essa distinção é relevante para o estudo do DC posto que o trabalho por sua própria característica vai estar calcado na atividade em razão de uma falta de rotina.

Ramminger (2002) inicia seu artigo sobre as implicações na saúde mental dos trabalhadores em hospitais psiquiátricos, questionando a atenção precária que é dada ao trabalhador, sendo que a ênfase recai sobre o usuário da instituição, na qualidade do serviço a ser prestado a esse último, porém, aqueles que lá atuam não ganham nenhum tipo de apoio institucional. Isso vale igualmente para o contexto da segurança pública, onde existe uma cobrança por parte de população no sentido de uma maior eficiência e eficácia do servidor, mas não há um mapeamento por parte do Estado e mesmo por parte da academia visando delinear as condições enfrentadas por esses trabalhadores com vistas a realizar ações que venham a minimizar os danos à saúde mental daqueles que atuam no setor. Parafraseando Ramminger (2002): Como é trabalhar diariamente com vítimas da violência, corpos destroçados, putrefeitos? Como a instituição apoia os seus servidores em casos de danos a saúde mental dos mesmos?

A autora supracitada traz em sua pesquisa a realidade dos trabalhadores que atuam em um hospital psiquiátrico, onde as doenças físicas são consideradas, porém as de cunho psicológico por não terem uma

visibilidade imediata tendem a ser negligenciadas. A impossibilidade do estabelecimento de umnexo causal também concorre para que a doença mental decorrente da ocupação profissional seja tratada de modo isolado, como sendo de um indivíduo que não conseguiu adaptar-se, controlar de modo adequado as suas emoções. De tal sorte que: “[...] as doenças ocupacionais são facilmente reconhecidas como efeito dos riscos ambientais aos quais os trabalhadores estão expostos, sendo menos reconhecida a relação entre transtornos psíquicos e trabalho, ou seja, os chamados *riscos psicossociais* que incluem os fenômenos de ordem neurofisiológica, cognitiva, psicológica, social e organizacional”. (Ramminger, 2002, p. 116)

Outra pesquisa realizada mais recentemente por Silva e Costa (2008) no Centro de Atenção Psicossocial em Goiânia mostra que o cuidado para com a saúde mental do trabalhador nessa instituição também é precária, não havendo espaço para discussões sobre o trabalho, sobre as dificuldades, ou ainda um compartilhar das experiências visando aprender a lidar com os aspectos emocionais presentes no ambiente de trabalho. O sofrimento no trabalho desses profissionais se dá pela baixa remuneração, dupla jornada de trabalho e falta de reconhecimento.

Spode e Merlo (2006) investigaram a saúde mental dos capitães da Polícia Militar, a diferença entre o trabalho prescrito e o trabalho real. Essa instituição integrante do Sistema de Segurança Pública tem inerente ao trabalho prescrito a noção de hierarquia, responsabilidade e disciplina. O acúmulo da carga de trabalho administrativo aliado a condições inadequadas no exercício da atividade gera desgaste aos policiais que não conseguem estabelecer laços de confiança e cooperação entre os trabalhadores da instituição, em face principalmente da disciplina que imputa atenção para com a vigilância e o controle. A satisfação dos policiais encontra-se no reconhecimento pelos pares de que o trabalho foi realizado a contento, para isso em muitas circunstâncias é preciso transgredir ao prescrito e usar da inteligência e criatividade para executar a atividade imposta pelo trabalho real.

Na pesquisa empreendida no DC, os aspectos levantados por Ramminger (2002) e Silva e Costa (2008) também aparecem, sendo a questão do reconhecimento mais exacerbada na medida em que o Estado, a polícia e a sociedade não demonstram valorizar o trabalho desenvolvido pelos servidores do DC. No caso dos trabalhadores do DC a não rotina permite o uso constante da inteligência e da criatividade no exercício da atividade real, essa é a fonte de maior satisfação, a própria precariedade de recursos faz com que desenvolvam todo o seu potencial para suplantar possíveis limitações.

4 Método¹

No início da pesquisa em 2007, a opção do método recaiu sobre um estudo qualitativo mediante o uso das técnicas de entrevistas e observação direta. Apesar da receptividade e do acolhimento obtido, nos níveis hierárquicos superiores, em relação ao trabalho, havia alguns limites que me foram esclarecidos pelo Diretor Geral do Instituto-Geral de Perícias – IGP e também uma preocupação da minha parte sobre como seria a reação dos informantes diante da posição por mim ocupada de professora universitária e pesquisadora. Embora estivesse disposta a realizar uma etnografia, não me sentia segura o suficiente para decidir por ocasião do projeto e ainda no início dos trabalhos por tal método. Porém, com o passar do tempo, comecei a ser apresentada para os servidores que ainda não me conheciam como colega. Em vários momentos na sala do plantão do Departamento de Criminalística – DC fui confundida como sendo servidora do órgão. As equipes de terças-feiras formadas por papiloscopistas, motoristas e fotógrafos verbalizaram a solicitação para que a minha ida ao DC ocorresse nesse dia da semana e não em outro dia. Vale destacar que as equipes de terça e quarta reconheceram a minha atuação como sendo a de alguém que efetivamente faz parte do grupo. Com eles compartilho as histórias, os dramas, a depressão, o riso, o café, as dúvidas que vem surgindo ao longo da pesquisa.

Peritos ao encontrarem comigo nos corredores do DC dizem que eu estou gostando de trabalhar ali, tal qual eles eu estaria viciada, pois segundo afirmam: “trabalhar com a criminalística é uma cachaça”. Sendo assim, muita proximidade se estabeleceu e eu posso afirmar que a pesquisa se transformou metodologicamente em uma etnografia que consiste na “[...] presença contínua na aldeia, na cidade, no bairro [...] Esse contato próximo gera muito interesse, muita expectativa, gera compreensão e solidariedade, mas também, como todo relacionamento humano, exige confiança, compromisso, reciprocidade. Para que esse método não seja unicamente uma experiência pessoal (que, de qualquer modo vale a pena), mas resulte em dados e produza conhecimento, há que se portar com um certo distanciamento, buscar objetividade, pôr-se ao largo dos acontecimentos” (Gomes, 2008, p. 57).

A observação participante aconteceu de forma ainda mais significativa, quando fui convidada pela Diretora do DC para participar de uma reunião com as psicólogas que buscavam identificar o perfil, para efeitos de processo seletivo, dos novos concursados. Nessa reunião que contou com a presença da Diretora do DC, da Supervisora Técnica do IGP e de dez psicólogas, me foi dada a palavra pela Diretora do DC para que eu, segundo ela mais isenta de paixões, pudesse narrar um pouco os meus achados de pesquisa. Outras atividades começam a ser programadas e a minha inserção no DC fica a cada dia mais consolidada.

Do início da pesquisa em 2007 até janeiro de 2009, muitas situações ficaram gravadas nos diários de campo elaborados desde a primeira ida ao DC. As primeiras impressões registradas merecem ser transcritas. Vale notar que as expressões mais utilizadas foram "simplicidade" e "simples". De certo modo essa observação de estranhamento irá auxiliar na compreensão acerca do trabalho realizado e das condições para a execução do mesmo, explicitadas no item de apresentação e análise dos dados.

O prédio possui um letreiro enorme, é perfeitamente identificável. Além disso, inúmeras viaturas, onde se lê perícia, encontram-se estacionadas em frente ao prédio, carros brancos com letreiros em azul. De uma das viaturas desce um homem carregando uma CPU de computador. Chego à recepção do prédio e vejo um segurança, observo a **simplicidade do local**. Identifico-me dizendo que tenho uma reunião agendada com a Diretora. Ele liga para alguém e sou autorizada a subir, o segurança pergunta se conheço o caminho, respondo que não e ele se prontifica a me acompanhar até o local. Sobe uma escada em uma velocidade que eu quase não consigo acompanhar. Corro um pouco, penso que ele anda rápido, pois não pode deixar a portaria a descoberto. Chego e uma mulher me estende a mão me cumprimentando e solicita que eu aguarde um pouco em razão de uma reunião estar em andamento. O ambiente é extremamente **simples**, uma mesa com computador e outra formando um L, duas estantes baixas, um sofá do tipo de escritório preto. Um quadro na parede atrás da secretária (Diário de Campo, 06/07/2007).

Vejo pessoas chegando com travesseiro e cobertor embaixo do braço e na outra mão uma sacola de nylon ou lona e outras saindo com travesseiro e cobertor embaixo do braço e sacola, depois descubro que é o pessoal do plantão, uns saindo e outros iniciando suas atividades. [...] Ela [a perita] me leva em vários setores, no segundo andar me mostra as salas do plantão, as camas onde eles dormem, **locais simples**, penso que com esse frio não deve ser nada fácil ficar ali, com um travesseirinho e um cobertor, mesmo que a pessoa permaneça vestida (posto que pode ter que sair a qualquer momento para atender a um local). Uma das salas tem mais camas, é onde ficam os motoristas e papiloscopistas, as outras duas salas do outro lado do corredor são as salas dos peritos, uma delas possui um banheiro (Diário de Campo, 12/07/2007).

Além dos diários de campo foram realizadas 11 entrevistas semi-estruturadas com servidores de diferentes áreas: Balística (2); Fotografia (1); Plantão (3); Ambiental (1); Informática (1); Seção de Apoio Administrativo (1); Diversas (1); Papiloscopia (1). Na época em que a pesquisa foi realizada havia o sistema de sobreaviso no Plantão, de modo que todos os servidores, independente da seção na qual estavam atuando, experimentavam o atendimento a locais de morte, a exceção daqueles integrantes da Seção de Apoio Administrativo.

5 Trabalhando Cotidianamente com a Violência

O trabalho da perícia está fundamentado na busca pela verdade, mediante a coleta de vestígios e a posterior análise através do método analítico comparativo. Sendo assim, o trabalho pericial encontra consonância com o fazer científico. Porém, o campo onde os elementos são coletados é constituído pela criminalidade, pela violência. Se por um lado, essa obsessão por encontrar a verdade pode ser instigante, por outro, lidar com cenas onde as vítimas sofreram ações de crueldade, requer todo um controle emocional de modo que o trabalho possa ser realizado pela equipe, seguindo os ditames da técnica. Conhecer essa realidade e analisá-la mediante um diálogo com autores consagrados na área de violência e de saúde do trabalhador é o que será realizado nos próximos itens.

5.1 O Ônus e o Bônus ao Atuar como Servidor do DC

5.1.1 O sofrimento

O trabalho considerado mais difícil de ser realizado, na ótica de grande parte dos pesquisados, é o plantão. Apesar de oferecer certa facilidade para quem realiza um curso, seja outra Graduação ou uma Pós-Graduação, em razão de uma maior flexibilidade em relação ao tempo, outros aspectos são apontados como onerosos, necessitando de capacidade para administrá-los. No dizer de um perito:

Pessoal que trabalha no plantão não é vagabundo, fica vinte e quatro horas aí, feriado, Natal, Ano Novo. Eu já passei Natal, minha família tá reunida na minha sogra, diz olha, corre que tá saindo a janta aqui. Chega lá, abraça todo mundo e tudo e fazer a ceia, quando ia dar a primeira garfada, toca o telefone, diz: olha atropelamento defronte o aeroporto, vem. O Ano Novo, a mesma coisa. São coisas assim, só depois é que tu, pô! Quanto tempo eu perdi de família, que eu passei “X” anos no sábado. Mas valeu a pena! Foi uma lição (Entrevistado I).

Nessa fala, já fica evidente que apesar do trabalho ocupar momentos que são considerados, no contexto local e nacional, como necessariamente destinados à família, ainda assim, há o reconhecimento de que o trabalho “valeu a pena”, pois proporcionou um crescimento devido à lição experienciada. O entrevistado esboça esse sentimento de modo mais eloquente, quando ao ser questionado, por mim, se faria tudo de novo em termos de trabalho na perícia, a resposta resulta positiva, acrescida da seguinte frase: “A criminalística, ela entra na gente” (Entrevistado I).

Outro perito se posiciona sobre a influência do plantão na sua vida pessoal:

Influi, influi sem dúvida influi. Uma pela carga horária, né? Que é um plantão, vinte e quatro horas aqui dentro, então eu tenho que regar a minha vida pelo plantão. Vida de plantonista é uma vida um pouquinho diferente de quem faz expediente. [...] tem seus ônus e tem seus bônus, não é? Então, pra fazer uma folga é mais complicado, tem que trocar plantão com outro, ãh. Em compensação, se eu consigo trocar, né, é um período maior que eu não preciso, que eu posso dispor. Pra tirar férias, sempre tem que ter uma ginástica maior pra tirar férias, não é só lá chegar e pedir pra tirar férias, tem que ter uma sincronia de todo mundo, de toda a equipe do plantão, não dá para todo mundo ir de férias ao mesmo tempo, não tem feriado, né? Fui plantonista “X” anos no Domingo, que aí é complicado em relação à família (Entrevistado J).

No depoimento acima também é possível ver as dificuldades de articulação entre tempo da família e tempo de trabalho. Mas os danos podem ser maiores e se dar em termos de saúde mental do trabalhador, que no DC não conta com nenhum tipo de apoio no âmbito institucional:

Passei mais ou menos “X” anos no plantão. Sai por ordem médica que a minha psiquiatra queria me internar devido a processos de revelamento por baixo, a gente começa a achar que a morte é natural, que a morte e que não tem... A gente só se dá conta que tá meio atravessado das ideias depois que a gente sai do plantão, inclusive eu recomendo que o pessoal não passe mais de um ano no plantão senão eles vão ficar, passar tudo que eu passei (Entrevistado I).

[...] depois de um tempo, eu trabalhei no plantão e trabalhei em outras atividades, não foi só atendendo locais de morte, agora eu tô fazendo isso também, né? [...] Eu trabalhei algum tempo atrás, tava uns três ou quatro anos. Eu não me dei conta que eu tava ficando meio doente. Mas eu me dei conta um dia que eu fui, aqui perto até, que uma pessoa de idade se enforcou. Tava lá pendurado. Eu fiz as fotos, depois eu vim pra cá, e naquela época a gente fazia foto preto e branco e tinha que fazer no laboratório aquela, e como tu saia às oito horas e se tu fosse depois das oito pro laboratório, tu ia fica até o meio dia fazendo as fotos. Então se tivesse um tempo livre, na madrugada, tu ia pro laboratório, foi o que aconteceu. Lá pela meia noite, por aí, fui pro laboratório fazer a foto, revela o filme, depois seca, passa pro papel e, só que à noite, de madrugada, deu silêncio total, né? E a gente trabalha no escuro no laboratório, pra fazer essas fotos tu trabalha com a luz vermelhinha só no escuro, né? E de repente, eu tinha a impressão, tava ali, tinha a impressão que tinha alguém atrás de mim e eu senti a presença de uma pessoa e não tinha ninguém, não é? Aí me dava a ideia que era o cara lá que veio saber porque eu tava fotografando, que ele não gostou que eu fotografasse ele falecido. Eu acho que eu não tô muito bem, eu tô tendo problema. Aí, eu pedi pra sair do plantão, não é? Por um tempo. E também aprendi que a gente não pode se envolver muito né? Com as situações. Senão, acaba tu ficando meio maluco. Senão, às vezes, totalmente maluco. Saúde, saúde mental. Esse serviço é perigoso da pessoa se perder nisso aí, né? Já tem diversos colegas com problemas, não é? Tem um que se aposentou com síndrome do pânico, tem um outro que tá encostado também, não tem condições de trabalhar mais. É que a pessoa acha que não tem nada, é difícil se dar conta sozinho que ela tá com problema, né? E quando o outro diz que ela tá, ela não aceita, porque acha que não tá. Não existe um acompanhamento nesse lado pra nós (Entrevistado F).

Mas há aqueles servidores que conseguem perceber quando estão se tornando demasiadamente “frios” diante da morte e procuram se afastar das atividades do plantão ou mesmo do desenho, setores onde a constância em fazer local de morte é mais intensa.

Teve um crime dum padre. Mataram um padre em uma comunidade aqui perto e eu nunca vi, acho que ele era a pessoa mais querida da comunidade, porque era um povo na volta assim, todo mundo rezando, rezando, rezando, aquela coisa e nós fomos pra fazer o local e quando eu me dei conta eu pulava por cima do padre, sabe? Que era um local cheio de barro, era de difícil acesso e eu pulava por cima do corpo do padre e voltava e pulava para poder fazer as medidas. Quando eu me dei conta, eu digo: mas o que é isso? Falta de respeito. Eu achava assim um horror, falta de respeito total, as pessoas ali rezando, sabe? E eu pulando por cima do padre, do corpo do padre. Digo, nada mais me abala, assim, né? Aquilo ali pra mim era uma pessoa morta ali, pra mim se fosse uma pedra seria a mesma coisa. Daí, digo, não acho que tô ficando fria demais, sabe? Acho que tá na hora de dar uma parada, sair desse local de rua assim, porque sinceramente eu não sei como é que o pessoal do plantão suporta tantos anos assim, porque tu vê coisas horrorosas, né? (Entrevistada N).

O "fazer local" não se limita a ver corpos destroçados por acidente de trânsito, disparo de arma de fogo, carbonizados, enfim, todo o tipo de mutilação humana, requer igualmente enfrentar os familiares em desespero.

Acho que o mais difícil [local] foi um que foi em um conjunto habitacional, uma COHAB, e foi no pavilhão do prédio, no corredor, né? E tava muita gente em volta, a mãe da vítima tava do lado chorando, né, então, isso é difícil manter a concentração, né, esse foi o levantamento mais difícil (Entrevistado J).

Agora mesmo há uns meses atrás, eu atendi um local, que a vítima estava morta dentro de um veículo, mas aí, a gente tem que retirar o corpo do veículo para poder examinar. E, ao retirá-la, né? Nós não tínhamos nada pra colocar no chão, então, ela foi colocada no próprio leito da rua. Aí um parente, eu ouvi direitinho, ela disse assim: "coitado, ele vai ficar com frio". Essa coisa assim, né? De pô a pessoa tá morta, ela não vai sentir mais frio. Mas é o ser humano, então a gente tem que lidar com muito cuidado, porque os parentes, pra eles é uma pessoa da família, é um ente querido e, então, eu sempre procuro dizer para o pessoal: cuida quando vocês vão mexer, cuidem para não ficar arrastando o corpo, né? Mexam com educação, mexam com respeito, porque isso aí é fundamental (Entrevistado G).

As disparidades, decorrentes de uma distribuição de renda extremamente desigual presente em uma sociedade capitalista, ficam mais evidentes para aqueles que atuam no plantão, uma conscientização maior pode trazer mais sofrimento. O depoimento a seguir traz à tona a teorização de Minayo (2003, p. 26) sobre o fato de que "[...] a violência provém do fato de se tratar de um fenômeno da ordem do vivido (no qual se inclui também quem tenta teorizar sobre ela) e cujas manifestações provocam uma forte carga emocional em quem a comete, em quem a sofre e em quem a presencia" e essa violência deve ser pensada de modo mais amplo, no macro contexto.

Porque o plantão é o seguinte: no mesmo dia tu estás dentro de um casebre, onde uma criança tomou um tiro no pescoço e dentro daquele casebre de dois por dois, tu tens que fazer com que os adultos que moram ali dentro saiam do casebre para examinar o porquê daquela criança estava ali, como é que foi dado o tiro, coisa e tal, é uma miséria violenta, tem que tentar ver de onde que veio, da onde partiu o tiro e nesse mesmo dia, às dez horas da noite, tá dentro de um apartamento que, o dono, a pessoa que se matou, é cinco vezes maior que aquele casebre, o cara morava sozinho num apartamento de quatrocentos metros quadrados e se matou porque achava que era um fracassado e aí tu tem que ter cabeça e percepção para ver porque aquele cara tentou, tentou não, fez aquilo ali e porque o outro lá com onze pessoas dentro de uma pecinha, que enquanto um tá deitado os outros dez tão em pé, tão batalhando para viver e tu nesse meio termo aí (Entrevistado I).

Não é só estar no local, cenário de um crime, que gera sofrimento. Escrever o laudo também pode trazer desconforto, em determinadas ocasiões, posto que ao remeter o perito para a situação mental de reviver a cena isso passa a causar danos psicológicos. A narrativa de um perito acerca de um caso que considerou difícil reflete tal aspecto:

Quando a gente tá escrevendo o laudo do local, tu tá revivendo sob análise agora, muito mais criteriosa, muito mais técnica. E esse local em particular, o redigir o laudo, o reviver tudo aquilo me deixou meio angustiada, eu queria acabar logo aquilo, eu não queria mais ficar olhando, eu não queria mais escrever, porque foi uma morte terrível, ele deu um tiro de 12 na cabeça. Foi bem impactante (Entrevistado K).

A dificuldade em lidar com determinados locais não se restringe ao pessoal do plantão. Muitas pessoas, que atuam nas seções e que precisam cumprir o sobreaviso, sentem, às vezes de modo até mais exacerbado, a angústia de ter que lidar com situações que afetam o emocional.

O que costuma nos abalar mais é local. Às vezes, a pessoa tá numa situação assim, o corpo tá numa situação terrível, né? Tiro na cabeça com espingarda, por exemplo, é uma coisa horrível, cérebro pra tudo que é lado, né? E o pior é que tu têm que pesquisar, né? Às vezes o cheiro também, quando faz muitos dias e tal. Mas olha, sinceramente, eu não sei, até não sei se isso é alguma barreira que a gente forma, né? Que não chega assim a me tirar o sono nunca, chega a me tirar o sono ou me deixar assim com um problema qualquer, não (Entrevistada A).

Embora a fala final enfatize a não presença de danos emocionais, o fato de a perita manter viva na memória essas situações já por si só evidencia um custo emocional, mas que acaba sendo canalizado e não fica ao nível do consciente. Tal constatação pode ser inferida, quando a perita diz não gostar de ver pessoas mortas, por exemplo, pessoa morta em acidente, todavia, diz que ao estar em serviço costuma abstrair no sentido de ver o cadáver tal qual um projétil, uma arma, para poder operacionalizar aquilo que lhe cabe tecnicamente. Aqui temos aquilo que Dejours (1992, p. 136) enfocou como sendo a tentativa do trabalhador de esquivar-se da verdade, pelo não reconhecimento do sofrimento, "apesar de vivenciado, o sofrimento não é reconhecido".

Essa mesma entrevistada relembra o início da sua atuação no DC como sendo o período de maior dificuldade em lidar com locais de morte.

Logo no início também fui com outro colega, nós dois novos, pra atender uma morte de uma moça, uma senhora. Chegamos na casa dela, ela tinha dois, três tiros e eu, nós dois discutindo, né? Aí o meu colega, tá, não sei o que, tantos orifícios, aí eu toquei no cadáver assim, eu digo "Fulano" ela tá viva, ela tá quente, aí ele tocou e disse: "Como assim, tá quente?" Eu digo, bah essa mulher. Porque a gente não achava projetis que fossem em zona assim, né? Mas no fim tinha que... quando é calibre pequeno meio que fecha assim o orifício e nós os dois nervosos, os dois novos né? Ainda recentes aqui. Eu digo, ela tá quente. Ele disse não, mas como quente? Eu disse, tá toca aqui. Tá gelada "Entrevistada A"! Aí eu coloquei a mão assim, a minha mão tava mais fria que o cadáver. Tava eu gelada. Então, essas coisas assim, a gente lembra, mas também não é por ser chocante, por ser, são fatos que aconteceram com a gente no início da carreira.

O tempo pode ter amenizado as sensações experimentadas logo no início das atividades e ser só uma lembrança, mas o episódio relatado revela a tensão vivenciada pela então neófito.

Outro mecanismo de defesa para evitar o sofrimento, além desse exposto anteriormente, consiste em ver no trabalho a possibilidade de "ajudar".

Eu sou agnóstica, não é? E eu tenho a seguinte postura, eu não vou poder fazer nada pela vítima, quando eu chego, ela tá muito mais que morta já, já passou normalmente duas horas, não é? Mas eu posso ajudar. Eu posso descobrir o que que aconteceu e posso indicar um culpado. Então, tem as novas terminologias, né? Eu tenho uma posição pró-ativa, né? Com relação ao crime e ah, produtiva. Eu não posso me dá o luxo de ficar chorando. Tem as pessoas que vão ficar chorando, não é? Eu tenho que fazer alguma coisa, não é? Às vezes a gente consegue, às vezes não, mas a postura é essa, não é? A minha postura é essa. Evidentemente eu faço terapia, né? Mantenho uma terapia de antes, né? Ah, por achar que a gente tem que discutir tudo, né? (Entrevistada L).

Nesse relato, a busca por um apoio de cunho terapêutico aparece como uma ação pessoal individualizada da servidora que reconhece os benefícios de tal postura.

5.1.2 O atendimento a local, quando as vítimas são crianças

Atender aos locais de morte, se configura como uma realidade frequente para os servidores do DC. Para aqueles que atuam no plantão, essa dinâmica ocorre em todas as semanas, mas os demais servidores que trabalham na balística, documentoscopia, papiloscopia, engenharia, enfim, em todos os setores, no mínimo uma vez por mês estarão de sobreaviso, ou seja, durante vinte e quatro horas eles terão de ficar em alerta, pois poderão ser chamados pelo Departamento de Plantão Interior para "fazerem um local" no interior do Estado. Ou seja, não há servidor do DC que não lide ou não tenha lidado com a morte e com o cenário de um crime.

Mecanismos psicológicos são acionados para fazer frente a essa realidade profissional. Desde o meu primeiro contato com o IGP percebi que alguns casos tendem a marcar mais a atuação dos peritos, em especial, quando a violência envolve crianças.

Buscando amparo na História, no trabalho de Àries (1981) é possível verificar a mudança de percepção que se processou ao longo dos anos, fazendo com que a morte violenta de uma criança seja hoje mais sentida. A noção de infância e o comportamento dos adultos em relação a essa época da vida alterou-se da Idade Média para o Renascimento isso tem reflexos na contemporaneidade no que concerne à relação afetiva que se constrói com as crianças.

Na Idade Média, a noção de infância e de que a criança precisa ser preservada do mundo dos adultos não existia, a criança compartilhava do mundo dos adultos desde muito cedo, aos sete anos de idade, e a sua morte não era considerada como nos tempos atuais. Os altos índices de natalidade e a alta taxa de mortalidade infantil da época fazia com que fosse prevalente a ideia de que a criança não tinha personalidade, portanto, não necessitava ser sepultada de modo a tornar possível reverenciar-lhe a memória, qualquer lugar servia para enterrá-la, tal qual hoje ocorre com os animais domésticos.

A partir do século XVII, começa a surgir a preocupação em preparar as crianças para a vida, sentimento que perdura até os tempos hodiernos. A criança passa a ser considerada como um ser que requer atenção e cuidados, necessitando de educação, é preciso tratá-la com carinho, pois não dispõe de conhecimento suficiente para se defender das vicissitudes da vida. Esta digressão histórica possibilita entender porque a dor dos servidores do DC se faz mais sentida quando a vítima é uma criança, a

inocência e a falta de amparo aparecem como elementos que instauram uma maior perplexidade em face do cenário do crime.

A conversa entabulada com o Diretor Geral do IGP visando à permissão para executar a pesquisa já foi acompanhada por uma narrativa que ao longo do trabalho de campo ouvi ser repetida na fala de outros peritos. No primeiro diário de campo parte da conversa com o Diretor Geral já era reveladora:

O Diretor Geral do IGP referiu ainda que o primeiro crime, acidente, enfim, situação de violência, o perito nunca esquece. E ele reflete sobre a dificuldade que tinha em lidar com sangue. Disse que se lembrava do acidente que envolveu uma criança. [...] fica silencioso por alguns segundos. Depois em um tom de voz baixo, olhando para baixo diz: "meti a cabeça entre as ferragens do carro para encontrar uma criança e encontrei só a cabeça dela me olhando". Disse que teve de tomar duas cervejas para conseguir dormir naquele dia e ainda assim não conseguia esquecer. Senti que isso ainda o machuca muito. Perguntei como ele fazia para enfrentar essas situações difíceis e ele disse que procurava pensar que era apenas um trabalho. Eu retruquei dizendo que alguma coisa sempre ficava por dentro e ele aquiesceu ao meu comentário. (Diário de Campo, 21/05/2007).

Essa postura de se concentrar focando racionalmente no trabalho é referida por outro perito e torna evidente a necessidade de obter produtividade no trabalho, segundo Dejours (2005) controlando o medo e a angústia:

Se o perito for se emocionar com cada situação, ele não vai trabalhar. Eu sei que se eu pegar uma criança dilacerada no chão, isso aí vai, vai mexe comigo, né? Mas, quando eu chego ao local, eu esqueço disso, pra poder trabalhar, senão, ninguém trabalha (Entrevistado G).

Crimes, acidentes envolvendo crianças trazem uma dor maior, ainda de modo mais contundente se o servidor possuir filhos ou netos na idade da criança vitimada. O relato de uma perita torna explícita tal relação:

Tá certo, eu vou te confessar uma coisa, criança eu tenho medo de atender. Nunca atendi, a única vez, tive sorte que nesses "x" anos, que eu nunca precisei atender, a única vez que eu precisaria, que tava na minha vez, eu me sentei e acho que fiquei tão pálida que um colega disse: "deixa que eu vou pra ti". Eu tinha filhos pequenos na época, né? E o colega, que era o chefe na ocasião da Química, [...] ele disse: "Entrevistada A" deixa que eu vou pra ti, é criança, eu não tenho problema, eu atendo. A única vez, né? Graças a Deus! Agora cada vez que eu tô de plantão, eu digo bom eu faço qualquer negócio, mas tomara que não tenha! Se bem que agora eu não sei, porque os meus filhos já estão maiores e a gente tem muito disso também, sabe? De associar (Entrevistada A).

Outro perito revela como o atendimento a um local de acidente, quando atuava no plantão, afetou-o emocionalmente devido a vítima possuir semelhança física com a sua filha:

Teve um caso específico que marcou muito pelo seguinte: foi uma, um carro, uma camionete da Volkswagen, uma Parati, tinham nove pessoas dentro da Parati, sendo que as três da frente, tinham jovens atrás, crianças, né? As três da frente eram: o motorista, uma senhora e uma criança e ficaram emparelhados entre dois caminhões, ficou uma gaita e para a gente contar as vítimas, nós tivemos que pegar dois guinchos e espichar essa Parati para poder contar. No banco da frente, junto ao peito dessa senhora que morreu, tinha uma criança, uma menina, com os cabelos igual, iguais aos da minha filha que eu sabia estava em casa. E eu tive de ir em casa, depois que eu atendi isso aí, pra ver se ela estava bem para poder voltar para o plantão. Isso aí me tocou (Entrevistado I).

A Diretora do DC tem em sua lembrança o caso de uma menininha, esse episódio me foi descrito na nossa primeira reunião, em 2007, e recontado em janeiro de 2009, por ocasião de outra reunião. A foto da menina me foi mostrada, esse é um caso apresentado, pela Diretora, para os ingressantes no DC quando da realização do curso de preparação anterior ao início das atribuições no Departamento. A lembrança desse caso torna evidente o quanto ele marcou a servidora ao longo de sua atuação.

A Diretora lembra que fez um local envolvendo uma criança, ela lembra até o nome da menina. A menina foi estuprada e morta, tinha pouco mais de um ano. Disse que teve de levantar as perninhas da garotinha para que o colega fotógrafo fizesse as fotos. [...]. A Diretora conta que quase "juntou" a mãe da menina naquele dia, porque a mesma havia dito que a menininha ia morrer de qualquer maneira, pois tinha AIDS. O delegado que assumiu o caso teve de segurar as mãos da perita e pedia: calma Doutora! Calma! Ela conta que em certa ocasião trocando as fraldas do neto e levantando as perninhas dele, a imagem da menina veio a sua mente. (Diários de Campo, 06/07/2008 e 13/01/2009).

A pesquisa de Aldé (2003) realizada com os funcionários do Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro também evidenciou a emoção quando a necropsia tem de ser realizada em uma criança. O entrevistado relatou ao pesquisador que ele contém o choro no local de trabalho, mas que quando chega em casa, nos braços da esposa extravasa o sentimento reprimido.

5.1.3 Quando o trabalho traz satisfação

Se por um lado o trabalho é percebido como “[...] estressante por natureza” (Entrevistado J), por outro, ele pode fazer com que o perito diga: “acabei gostando, me apaixonando” (Entrevistado K).

Falar sobre o que significa satisfação no trabalho traz à tona o entusiasmo pela falta de rotina, bem como a possibilidade de elaborar um “laudo bem montado” (Entrevistado J), “não deixar nenhum detalhe passar” (Entrevistado K), “quando ele [o trabalho] é útil” (Entrevistada L) e saber o resultado, os desdobramentos no âmbito judicial.

O perito falando sobre aquilo que lhe atrai no plantão relata:

“Ah, eu acho que a falta de rotina que tem o plantão. Apesar de ter uma rotina, tem todo um, tem aquilo que causa na rotina, mas o trabalho sempre é novidade, né? Eu, eu gosto muito de lidar com gente, né? Ah, e apesar de nosso objeto de trabalho no local, normalmente, serem pessoas mortas, né? É muito mais que a pessoa morta, é o local, é o ambiente, né? Mas é um trabalho que tu tem que lidar com a polícia civil que tá lá, com a Brigada Militar que tá lá, com os colegas, é um trabalho difícil, né? Tem uma coisa que me atrai que é, eu reconheço em mim uma qualidade ali, né? Eu gosto muito do ambiente assim de, não do ambiente da morte em si, não é? Que é um ambiente pesado, mas eu lido com isso com muita tranquilidade e, e consigo ver os detalhes técnicos do que tá acontecendo ali, não é? Ah, ah e transito bem pelo local, então, reconheço que é difícil as pessoas de maneira geral, é um trabalho que é difícil, né? E pra mim é tranquilo, é uma coisa que eu faço com tranquilidade e é isso que me dá o gosto pelo trabalho, é um trabalho que poucas pessoas podem fazer, não é? Então, isso que me alimenta o ego em relação ao trabalho, me deixa orgulhoso com relação ao trabalho. Eu sei que é um trabalho que poucas pessoas fazem e eu consigo fazer da melhor forma que posso fazer e tranquilamente, sem levar muita coisa pra casa, sem ter muito pesadelo de noite, né? Sem ficar pensando muito no local. [...] Ah, a gente tem que, tem que ter um olhar muito atento, eu gosto disso também, eu sou um detalhista assim na observação, não é? (Entrevistado J).

Superar o medo, a dificuldade de lidar com a finitude humana em episódios de violência, supostamente, dá ao perito um patamar diferenciado, onde a capacidade de manter o controle emocional está para além do que as pessoas em geral conseguem obter. Em face disso, o orgulho por atuar na profissão. O ser detalhista, observador, permite a elaboração de laudos bem montados, o que igualmente traz satisfação:

Ver um laudo bem montado, é o resultado né, é justamente o resultado. Sim, de novo, o nosso trabalho são dois momentos. O laudo bem montado é um laudo que tu consegue, o nosso laudo é dividido em: histórico, introdução, dados do local, dados da vítima, exame pericial levantamento na vítima, levantamento no local, considerações técnicas que a gente chama e as considerações finais. O laudo que a gente tem mais satisfação é aquele que as considerações técnicas são deste tamanho (faz o gesto de grande). A gente tem muita coisa para falar, esse eu acho que é o laudo que tu consegue tirar conclusões e tu consegue fazer muita consideração a respeito dele. Quando está difícil de escrever a consideração técnica é porque tem realmente muito pouco elemento pra tu falar. Muitas vezes a gente põe sem consideração técnica porque não tem o que dizer. Eu fiz o levantamento e só aquilo que eu posso dizer. Eu só posso dizer daquilo que eu achei, formular hipótese com base naquilo, a hipótese ia ficar muito ampla, não ia ajudar em nada o trabalho do inquirido não é? Então, a satisfação com relação ao laudo é ah, uma consideração técnica bem feita, um resultado de laudo, um laudo bem acabado. Quando a gente vê que tem uma perfuração na parede, diz assim: tá, mas tem que ter um projétil a mais aqui, tem aquele que entrou lá, bateu lá e a gente não tá encontrando. Então, conseguir encontrar, conseguir olhar no local e dizer: [...] Com relação ao levantamento do local é encontrar coisas, encontrar coisas que ninguém viu [...]. Não tem coisa aqui para eu achar, e acha, isso é a satisfação no local. (Entrevistado J).

Consoante com essa postura, o depoimento do Entrevistado K resume o bom local, quando o perito “não deixa nenhum detalhe passar”. É o que Dejours (2005) denomina de “juízo de beleza” do trabalho, isto é, de um lado, temos o juízo que dá a noção de pertencimento a um determinado coletivo de atuação no trabalho e de outro, aquilo que os pares apontam como a distinção para o ego em face de atributos especiais como observação apurada, singularidade frente a determinadas situações, originalidade, estilo de trabalho.

A noção acerca da utilidade do trabalho pericial, no sentido de auxiliar na condenação do culpado ou absolvição do inocente, serve para significá-lo positivamente, mas na maior parte dos casos, o perito não tem ciência do resultado do seu trabalho, o quanto ele contribuiu para a elucidação dos fatos. Ser chamado para esclarecer algum aspecto do laudo oportuniza entrar em contato com as interpretações e desdobramentos no âmbito do judiciário e dá a dimensão da importância do trabalho realizado, denota o reconhecimento do trabalho e não da pessoa.

Sim, muitas vezes, até quando a gente é chamado lá no tribunal para esclarecer alguma coisa, que a gente tá vendo que as coisas estão sendo levadas pelos advogados pra um lado que é errado, quando perguntam pra gente, a gente esclarece e modifica, uma, alguma pessoa vai ser absolvida e era pra ser condenada ou a pessoa

vai ser condenada e era para ser absolvida e com a explicação da gente, que eles não teriam entendido certo o laudo, modifica, isso é a única coisa que dá prazer, não é prazer, dá satisfação. Dá assim, olha, o teu trabalho não foi em vão, não engavetaram [...] (Entrevistado I).

[a satisfação no trabalho] ah, é quando eu sei o resultado, que é muito raro, mas na documento [documentoscopia], às vezes, a gente sabia o resultado de uma perícia nossa. Porque é uma coisa que a gente sente falta de alguém dizer. Às vezes, no Cível, quando eu trabalho fora, até é uma coisa que até eu vou atrás pra saber, resultou em alguma coisa, eu colaborei, porque a gente sabe que é um trabalho importante, mas às vezes, não parece importante, porque a gente vai fazendo, fazendo, fazendo e não sabe pra onde vai, não sabe se é usado, não se aquilo resultou numa condenação ou não. Entende? Isso é uma coisa, é um vazão que fica. [...] a gente se esmera muito pra fazer um trabalho bem feito (Entrevistada A).

Como postulado por Dejours (2005) o conceito de trabalho traz em seu bojo, de forma inerente, a noção de utilidade, seja essa utilidade de cunho técnico, econômico ou social. Mas a utilidade e a eficácia só são validadas mediante o julgamento, do ato técnico e da atividade de trabalho, executados pelo "outro". No caso dos servidores do DC, esse outro seria a polícia, o Ministério Público, a sociedade, que em não divulgando o resultado decorrente daquela perícia deixa de contribuir para a constituição do "fator humano" no âmbito do trabalho, onde o reconhecimento é "a forma específica da retribuição moral-simbólica dada ao ego, como compensação por sua contribuição à eficácia da organização do trabalho, isto é, pelo engajamento de sua subjetividade e inteligência" (Dejours, 2005, pp. 55-56).

Uma das características que os peritos reconhecem em si é o gosto pela diversidade e a curiosidade. Saber de tudo um pouco, conhecimento geral ajuda o perito na compreensão do que ocorreu no local, muitas vezes fazendo com que ele dê pistas para os investigadores e delegados. A perita relembra um caso em que o seu conhecimento geral, como ela referenciou "de almanaque", ajudou na busca para a elucidação da autoria e a satisfação que isso lhe causou.

Eu atendi um local numa madrugada gelada no ano passado, em que eram duas vítimas, tá? Uma delas, esgorjada, dois jovens. Aí no local, de acordo com as características, eu disse pro policial lá, pro delegado, olha, ah, eles foram mortos antes com tiro e o esgorjamento, deste aqui, foi depois e foi só desse porque ele teve tempo se quisesse fazer dos dois. Durante a Revolução Farroupilha, os esgorjados eram os delatores, isso é uma tradição do interior gaúcho, não é? Claro, hoje em dia não se faz mais. Mas quando o gaúcho, o velho gaúcho, né? Quer dizer ah, se tu fizer, me entregar ou qualquer coisa, eu corto teu pescoço e tal. Isso é uma tradição da Revolução Farroupilha. Então, eu digo, esse cara delatou alguém, vai atrás do que ele tá envolvido, que quem ele delatou deve ser o autor. Isso foi na madrugada, né? De manhã cedo, às 8h da manhã, entrou um outro local, e por acaso, eu fui. Era exatamente, noutro local da cidade, o mesmo tipo de morte. E tinha uma característica que o disparo era de munição velha que tem uma especificidade. E eu disse, olha é o mesmo agressor, esse tá envolvido com aquele, porque não tinha identificação, porque se tu identifica um deles, tu vai identifica todo mundo, porque deve tá todo mundo envolvido na mesma coisa. E realmente no dia seguinte eles pegaram (Entrevistada L).

Essa profusão de conhecimentos, essa curiosidade, transforma o DC em uma "Internet real":

Eu me considero uma pessoa que gosta de muita coisa ao mesmo tempo. Vejo isso nos colegas, são pessoas que gostam de muitas coisas. São pessoas que são ecléticas de maneira geral, apesar de ser um engenheiro, apesar de ser um biólogo, apesar de ser, o próprio perfil dos funcionários é assim. Ah, eu falo isso pra minha filha mais velha, na verdade, o DC é uma Internet real, não virtual, porque o que eu quiser saber, alguém vai saber lá dentro. É uma Internet real, só basta conseguir, o que nós não temos é um Google eficiente (risos). Mas, sabendo procurar aqui dentro, tu vai achar resposta pras coisas. Isso me encanta aqui dentro (Entrevistado J).

A união dos integrantes das equipes que trabalham no plantão ajuda a minimizar as agruras do trabalho mediante o suporte afetivo necessário:

A equipe de plantão é muito unida, porque ela vai passar 24h junto, vai subir o morro junto, vai passar frio junto, vai passar fome junto, tá? Fim de mês que não tem grana, se junta ali, compra um pão, eles fazem isso aqui ainda hoje. E aí é aquele negócio, tô precisando tal coisa, a gente consegue uma coisa pra um, consegue uma coisa pra outro. Quando vai viajar traz erva-mate, traz, fica, fica um vínculo muito bacana, quando há calor humano, eu tive muito mais calor humano no plantão do que em qualquer outro local. Apoio, situações e tudo (Entrevistado I).

A união da equipe de plantão traz à tona o processo de cooperação e vai ao encontro da máxima de que "trabalhar, pois, não é somente executar os atos técnicos, é também fazer funcionar o tecido social e as dinâmicas intersubjetivas indispensáveis a psicodinâmica do reconhecimento [...]" (Dejours, 2005, p. 58).

5.2 O Humor para Disfarçar a Dor: Mecanismos de Defesa

Durante o campo, em inúmeras vezes, estive na sala do plantão e em várias dessas ocasiões ouvi piadas, observei momentos divertidos entre colegas. Na medida em que o tempo está passando e que os servidores me percebem como parte do grupo, também começo a ser alvo de algumas brincadeiras. Nesse contexto de violência, o humor negro, o riso, a chacota com o colega parecem aliviar a tensão. Os servidores dizem terem assumido uma nova postura diante da vida, após o ingresso para trabalhar no DC, um lugar onde todos “são meio doidos”.

As histórias são muitas e o detalhe que faz rir parece pequeno em meio a tragédia, mas de toda a forma parece distrair daquilo que machuca. Como apontado na pesquisa realizada por Cavalcanti (2006, p. 6) junto aos policiais civis de São Bernardo do Campo, o riso serve para espantar o medo: “o grupo que observei criou uma dinâmica de defesa grupal que é a risada: RIR de algumas situações de perigo que vive constantemente ou rir do colega que procura conversar sobre algum tema que o está angustiando naquele momento”.

Nós tínhamos um colega aqui, o apelido dele era Hiena, era o fotógrafo, ele quando começava a ficar nervoso, ele começava a rir e eu fiquei no plantão e ele já tava rindo, então, chegava pra ele: “te acalma”, a gente vai entrar na casa de uma família e, então, não começa a rir da situação. Então, ocorreu um caso de uma menina, uma professora de inglês, que um cara assaltou e degolou a menina e escondeu num mato atrás da FAPA e depois esse rapaz foi preso e nós fomos chamados na Delegacia, aqui atrás do Pronto Socorro e acompanhamos, a gente se deslocou até lá. Saímos da Delegacia e fomos até o local, e, na época aqui a gente tinha muito problema, na época e até agora a gente tem que comprar as coisas, iluminação e era de noite e o nosso motorista saiu com uma bateria de fotógrafo e um farolete, deixa comigo que vou iluminar e coisa e tal. Na entrada do mato, ele escorregou num toco e caiu dentro d’água com a bateria e tudo e já ficou brabo, já voltou para o carro e o fotógrafo começou a rir, começou a rir, começou a rir começou a rir e tá, não podemos chegar lá, tá o pai e a mãe dessa menina, tá a imprensa, não pode chegar rindo, né? Fiquei esperando até que ele se acalmasse, ele levou bastante tempo para se acalmar. Resumo, quando nós chegamos lá no local já estava todo mundo lá, e como o corpo estava colocado embaixo de um maricá, um dos policiais com o facão começou a cortar e eu peguei o farolete para iluminar e o policial no cortar e tal me deu com o facão no farolete e aí eu já gritei e ele começou a rir de novo. E ria, e eu para com isso que não pode. Bom parou e tudo. Eu botei a máscara e fui para baixo, tinha que entrar embaixo do maricá sem levantar e comecei a examinar e o delegado queria ver de perto, me tirou a máscara, que tava cheirando, né? Olhou, olhou e me devolveu a máscara. Na hora de botar a máscara, eu fechei em cima e fechei com um galho, eu não vi, e cada vez que eu chegava perto do corpo o galho vinha junto e todo mundo caiu na risada e o Hiena também largou a máquina, não queria mais fotografar, e aí quem fez bobagem fui eu, também no escuro (Entrevistado I).

Quando a gente encontra corpos em decomposição, entra ali tem um código, encontro de cadáver, não é? Então, o nosso trabalho é muito limitado, a gente só vai no local pra ver se é descarte, se a pessoa morreu ali ou não, mas o trabalho todo vai para o DML [Departamento Médico Legal]. Nesse caso, era na RS 118, perto da ponte de Cachoeirinha, 25 km para baixo, bem íngreme, coberto de grama, de madrugada, com sereno, e o corpo tava lá embaixo e eu tinha que ver como é que ele tava, né? Aí tinham vários policiais militares, não é? Eh, ãh, a senhora vai querer descer? Vou, vou ter que descer e tal. E eles muito preocupados, né? Que eu fosse escorregar e cair ribanceira abaixo e um sargento, muito gentil, disse: “Não, eu vou na sua frente, porque se a senhora cair, né? Eu lhe seguro, ele todo, né? No segundo passo ele escorregou e foi (risos) escorregando os 25m, quase ficou sem fundilho nas calças. Eu disse: bom, ainda bem que o senhor tava na minha frente, porque se eu caísse. Eu tive que ajudar um policial. Chegamos lá era um enrolado (Entrevistada L).

Falar, rir, é uma forma de fazer frente ao estresse:

Nosso trabalho é estressante por natureza, eu sempre digo isso, se a gente não respirar fundo, nós que estamos ali no local, a polícia, a Brigada Militar, o DML, nós mesmos da equipe do Departamento, se a gente não respirar fundo e falar as coisas [...] a gente vai acabar emburrado um com o outro e o trabalho que já era estressante vai acabar insuportável, porque a gente vai acabar brigando com o outro. Então, pode me dizer as coisas, tá com pressa, me fala, tem um monte de recolhimento pra ser feito, me fala, eu vou dar uma agilizada no corpo, porque a minha preferência é fazer primeiro o local depois o corpo [...] Para poder lidar com o que a gente vive tem que brincar, falar é um ótimo exercício (Entrevistado J).

A mesma proposição apontada por Cavalcanti (2006) com relação aos policiais, talvez pudesse ser pensada em se tratando dos servidores do DC:

uma das soluções que agiria de forma interventiva seria a criação de espaços fora do ambiente policial para que pudessem dialogar sobre os sentimentos em relação ao trabalho e sobre como isso os afeta, não somente como policiais. A formação de grupos operativos ou a própria psicoterapia seria uma excelente forma de trabalharem tais questões no que tange ao aspecto profissional / pessoal (Cavalcanti, 2006, pp. 6-7).

A mudança de perspectiva diante da vida após o ingresso no DC foi mencionada por vários entrevistados.

Valoriza muito a vida humana. [...] Quando tu trabalha com uma situação limite, aquilo tem um valor maior, porque a distância ainda é maior, tu conhece os, os extremos, parece que fica maior, né? porque quando tu não convive com o crime, não convive com uma atividade de risco, tu tem uma vamos dizer assim, a tua vida, a tua vida, as variações são menores, no momento em que, em que tu te aproxima de atividade de risco, tu vê como é variável, e como é tênue, essa coisa da vida também é tênue, né? Quem nunca viu alguém morrer, nunca viu alguém morto, não vê como isso é comum, é frágil, então, muitos, tu trabalha com a fragilidade da vida, tu dá mais valor a vida. Pra mim foi isso. Poderia ser ao contrário, eu vejo assim, ah, ah, tu pode adoecer também, se droga, tem muitos na polícia assim, fumam muito, bebem muito, se drogam porque só vive aquilo ou não acreditam, não tem uma válvula de escape como se chama, não é? Ou uma terapia (Entrevistado H).

Essa fala merece ser analisada em seu conteúdo em si e em face das observações efetuadas. No que concerne à fala, é curioso que o adoecimento exemplificado não é atribuído aos servidores da perícia e sim aos servidores da polícia. Todavia, encontrei, durante o campo, servidores do DC que desenvolvem atividades, seja de estudo ou lazer, quando não estão dentro do período destinado ao trabalho no referido órgão público. A prática de esportes, a frequência ao cinema, ao teatro, a realização de viagens são algumas opções mencionadas. A ligação com os animais também me chamou a atenção e conversando sobre isso com uma perita, ela referiu que talvez esse apego ocorra em virtude deles vivenciarem no dia a dia de trabalho um grau de crueldade entre os humanos que não costuma ser verificado entre os animais.

No contraponto dessas opções positivas para vencerem o estresse, apareceram outras “válvulas de escape”. Tive a oportunidade de ver a ingestão de cerveja por um membro da equipe de plantão durante os almoços nos dias em que estava recluso por 24h. A volta de um local, o almoço já no meio da tarde, foram sempre os ingredientes que circunscreveram o uso de bebida alcoólica. Coincidência ou não, o fato é que ao retornar de um local e se dirigir para o almoço, o servidor denotava uma dificuldade muito grande em escolher algo para comer, sendo sempre a bebida a primeira escolha, sob a alegação de estar com muita sede.

Em Dejours (1992) encontramos a base para a compreensão desse mecanismo de defesa, posto que a atividade do servidor do DC imputa medo e requer produtividade, assim o consumo de álcool seria o preço a ser pago para superar o primeiro aspecto e atingir o objetivo maior do trabalho que é a produtividade. No dizer de Dejours (1992, p. 72):

O vinho, a aguardente, são uma dose de energia nem tanto física mas psicológica, que ajuda a enfrentar as condições de trabalho. Antes de retornar ao trabalho, uma dose de álcool ajuda por seu valor simbólico e por sua atividade psicofarmacológica. O papel psicológico emprestado ao vinho reencontra de maneira não fortuita a tradição e os hábitos de vida dos trabalhadores. Além disso, harmoniza-se com a sede provocada pelo esforço físico.

Aldé (2003) também apresenta em sua pesquisa relato de entrevistados sobre colegas que abandonam o trabalho para a ingestão de bebidas alcoólicas durante o expediente no plantão da necropsia no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro. O Entrevistado J também referiu que “ver as pessoas mortas frequentemente faz com que encare a vida de outra forma. Tem que aproveitar a vida hoje.”

O “ficar mais na defensiva” foi outra decorrência do trabalho, que segundo o perito, Entrevistado M, acaba sendo transposta para a vida pessoal.

[...] tem situações, por exemplo, a gente que lida muito com pedofilia, por exemplo, né? [...] um carinho que alguém faça numa criança, tu já interpreta, às vezes, tu pode interpretar, uma situação, opa!? Pera aí, o que que é isso? Sem maldade nenhuma, né? Quer dizer em algumas situações tu já fica mais na defensiva, né? Eu acho que ele [o trabalho] interfere em te deixar mais na defensiva em algumas situações. Tem um lado bom, tem o lado bom, o fato de ficar mais na defensiva não é de todo ruim (Entrevistado M).

Diante de tudo o que foi exposto até aqui, uma constatação se mostrou recorrente e remete ao título desse artigo: “todo mundo é meio louco aqui” (Entrevistada L) ou “[...] isso aqui é uma fábrica de louco” (Entrevistado I) e mais “a pessoa tem que ter um desvio. Ser meio louco, não pode ser muito certa. A pessoa que é muito certinha, ela acaba não gostando, acaba se dando mal” (Entrevistado K) ou ainda “Pra tá no DC tem que ser meio doido. Se tu não é, vai ficar (risos) [...] Tem muita gente doida aqui dentro, realmente tem muita gente doida aqui dentro. É quase todo mundo doido. O passo seguinte foi: não realmente todo mundo é doido. E o último passo: se todo mundo é doido, então, realmente eu também sou um pouco” (Entrevistado J).

Aqui o medo de sair da normalidade aparece mesmo que em tom de brincadeira. Em várias conversas com diferentes servidores, foi possível captar que a normalidade estaria atrelada a preocupação

de não perder a sensibilidade. Daí a necessidade de pedir aos colegas que alertem caso isso se evidencie no servidor ou mesmo uma autopercepção de que ao lidar com um cadáver já não tem mais o “respeito” necessário, sendo então a hora de abandonar o plantão.

6 Considerações Finais

A dialética sofrimento/satisfação no trabalho ficou evidenciada ao longo do artigo, as atividades exercidas ora trazem sofrimento, ora satisfação. No caso do DC, o sofrimento no plantão se dá em razão do tempo da família ser invadido pelo tempo do trabalho; diante da visão de corpos dilacerados em locais de morte, em especial, crianças; ao sentir as diferenças de renda presentes num local atendido na periferia e outro em bairros nobres; ao enfrentar familiares em desespero; quando o local é revivido por ocasião da elaboração do laudo. A satisfação no trabalho se dá quando o laudo é bem montado, quando o trabalho é percebido como útil, nos momentos em que o perito recebe um retorno do seu trabalho no âmbito do judiciário. Os mecanismos de defesa acionados são o rir, o falar, o uso do álcool, a mudança de postura diante da vida, dando mais valor para a mesma.

Vale destacar que a atuação dos servidores do DC implica defrontar-se com a morte violenta. Assim, cumpre elaborar algumas teorizações sobre esse lidar com a morte. A experiência humana da morte se dá de forma indireta, através da morte de outrem. Assim, a pessoa ao refletir sobre a sua própria morte inevitavelmente pensa na vida e em uma possível transcendência. Diante disso, a reflexão sobre a morte se constitui em algo impensável, sendo que só em casos extremos existe um pensar acerca dessa finitude, porém, não sem implicar muito sofrimento, apesar, no dizer de Schramm (2002, p. 19):

[...] da sociedade contemporânea ter-se tornado uma sociedade do risco, na qual se multiplicam as ocasiões de experimentar a vulnerabilidade e enfrentar a morte em situações violentas de vários tipos. Este aparente paradoxo - consistente no “recalque” do pensamento da morte, por um lado, e na persistência de ocasiões de experiência da morte e até na emergência de novas formas de violência e maneiras de experimentar a morte [...].

Barbosa (2004) discute a morte midiática e o que ela diz sobre a sociedade. De acordo com a referida autora, na mídia, quando a pessoa tem importância social, o que se destaca é o trajeto, por onde o cortejo vai passar, as pessoas comovidas pelo caminho, o acenar de lenços, a chuva de papel picado. O rosto do morto não é mostrado, pois aquilo que importa é a espécie de viagem que está sendo empreendida, essa merece ser destacada. Nos casos de violência, a mídia banaliza o corpo insepulto para dar destaque ao crime: “A proliferação da morte violenta, fruto da guerra urbana e da desigualdade social, faz com que para os meios de comunicação neste caso seja importante não a morte em si mesmo, mas o espetáculo da brutalidade cotidiana”. (Barbosa, 2004, p. 2). Com isso a morte no contexto individualista atual passa a não ter mais uma conotação familiar, próxima, ao contrário ganha a representação da morte do outro, distante, mas corriqueira posto que exibida diariamente na mídia.

A morte nos tempos atuais corresponde a algo que deve ser mantido oculto, afastado das conversas, distante principalmente do universo infantil. Falar nesse tema requer um tom de voz mais baixo, sendo que a pessoa que se mostra extremamente preocupada com a morte é classificada como portadora de uma doença, um caso patológico. Essa postura difere daquela adotada nos séculos XV e XVI, época em que a morte era a preocupação principal da vida (Muir, 2001).

Se falar na morte já causa mal estar no contexto contemporâneo, trabalhar em atividades que requeiram um convívio quase que diário com a mesma e mais, quando essa morte é fruto de atos criminosos requer, tais quais os indivíduos que atuam na área da saúde em hospitais, entender “a ambivalência entre o privilegiar a busca da vida e o medo da morte na construção de um campo de práticas, onde alguns indivíduos por ele se interessam e o assumem como ofício, vai atravessar até os nossos dias este todo contraditório, navegando na dependência de inflexões externas (sócio-histórico-políticas) e internas (socioculturais e intrapsíquicas)” (Pitta, 1990, p. 33).

O servidor do DC precisa enfrentar a morte violenta fazendo uso de mecanismos de defesa que privilegiem a vida, daí a ênfase no discurso que coloca a atividade como “apaixonante” por auxiliar na absolvição ou condenação das pessoas sob suspeita. Absolver ou condenar implica preservar a vida, absolver salvaria a vida de um inocente que poderia ficar na prisão injustamente, condenar significa garantir a vida dos integrantes da sociedade de onde o indivíduo emerge, posto que ele, em liberdade, poderia reincidir no crime.

Notas

1- Parte do material explorado neste trabalho foi analisada com outro objetivo no artigo intitulado "Modos de enfrentamento da morte violenta: a atuação dos servidores do Departamento de Criminalística do Instituto-Geral de Perícias do Rio Grande do Sul", publicado na Revista RAM, Rev. Adm. Mackenzie (Online) vol.12, n. 4. São Paulo, jul./ago. 2011.

Referências

- Aldé, L. (2003). *Ossos do ofício: processo de trabalho e saúde sob a ótica dos funcionários do Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro.
- Ariès, P. (1981). *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Barbosa, M. (2004) *A morte imaginada*. Trabalho apresentado no XIII Compôs. São Bernardo do Campo.
- Burke, P. (1995) Violência urbana e civilização. *Braudel papers*. n. 12.
- Cavalcanti, D. F. L. (2006). A experiência num campo desconhecido: a instituição policial entendida por uma estudante de Psicologia. São Paulo: *Psicologia Ciência e Profissão*, 26 (1), pp. 144-153. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932006000100013>
- Dejours, C. (1992). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez-Oboré.
- Dejours, C. (2005). *Fator humano*. Rio de Janeiro: FGV.
- Gomes, M. P. (2008) *Antropologia*. São Paulo: Contexto.
- Mendes, A. M. B. (1995). Aspectos psicodinâmicos da relação homem-trabalho: as contribuições de C. Dejours. *Psicologia Ciência e Profissão*. pp. 34-38.
- Minayo, M. C. S. (2003). A violência dramatiza causas. In: Minayo, M. C. S. & Souza, E. R. (org.) *Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- Misse, Michel. *Violência: o que foi que aconteceu?* <http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/arquivos/viol%C3%AAnciaoquefoiqueaconteceu.pdf>
- Muir, E. (2001) *Fiesta y rito em la Europa Moderna*. Madrid: Complutense.
- Pinheiro, P. S. & Almeida, G. A. (2003). *Violência Urbana*. São Paulo: Publifolha.
- Pitta, A. (1990). *Hospital: dor e morte como ofício*. São Paulo: HUCITEC.
- Ramminger, T. (2002). A saúde mental do trabalhador em saúde mental: um estudo com trabalhadores de um hospital psiquiátrico. *Boletim da Saúde*, v. 16, (1), pp. 111-124.
- Schramm, F. R. (2002). Morte e finitude em nossa sociedade: implicações no ensino dos cuidados paliativos. *Revista Brasileira de Cancerologia*, v. 48, (1), pp. 17-20.
- Silva, E. A. & Costa, I. I. (2008, junho). Saúde mental dos trabalhadores em saúde mental: estudo exploratório com os profissionais dos Centros de Atenção Psicossocial de Goiânia/GO. *Psicologia em Revista*. Belo Horizonte: v. 14, (1), pp. 83-106.
- Spode, C. B. & Merlo, A. R. C. (2006). Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos capitães da polícia militar. *Psicologia reflexão e crítica*. Porto Alegre: UFRGS, v. 19, (3), pp. 362-370.